

COMBATE

A LIBERTAÇÃO DOS TRABALHADORES É OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES

O trabalho revolucionário deve centrar-se no reconhecimento de que a luta contra os despedimentos não se pode fazer empresa a empresa, mas só poderá desenvolver-se eficazmente na base de um amplo movimento de massas que agrupe todos os trabalhadores, empregados e desempregados.

VER EDITORIAL PÁG. 3

ABEL ALVES DE FIGUEIREDO PROCESSO DE SANEAMENTO?

— «O PROCESSO ERA COM UMA VASSOURA NA MÃO CORRER A BICHARADA TODA!»

ENTREVISTA
COM ALGUNS OPERÁRIOS
DA A. A. F.
S.ª CRISTINA DO COUTO
SANTO TIROSO (11-2-75)

B — O Raul Nogueira Maia

COMB. — Podiam descrever o que se passou desde a publicação da última entrevista.

A — A primeira vez que fomos a Lisboa eu não sei bem se foi numa terça de manhã. Foi, foi numa terça de manhã. A gerência foi convocada para ir a Lisboa, chegou lá disse que não tinha poderes ou não sei quê não sei que mais, quer dizer, ficou tudo por resolver. Nós estávamos a preparar para fazer uma greve. Depois o ministério disse que achava melhor a gente ir assim... lutando assim do que entrar numa greve, quer dizer a gente no domingo a seguir fizemos uma reunião no sindicato e o povo concordou, concordou continuarmos a lutar até que fomos segunda vez a Lisboa. Esta segunda vez a Lisboa, quer dizer, estava convocada a gerência mas antes de irmos nós tínhamos ido o sindicato e foi o patrão. O Copcon veio cá buscá-lo e ele foi obrigado. Chegou lá disse que não tinha poderes para resolver que era um pequeno sócio que não tinha poderes para resolver. Então ficou marcada para a outra semana para convocar a gerência. Foi convocada a gerência foi dessa vez que nós fomos, mandaram um empregado de escritório. Um empregado de escritório mas ele não levava poderes nenhuns para resolver. O patrão dizia que queria novo Caderno Reivindicativo queria que nós pedíssemos mais que aquilo ainda era pouco, quer dizer, a fazer um pouco de gozo, nós dissemos que isso não aceitamos e ele queria tornar a pedir o Caderno para os advogados do patrão estudar mas não aceitamos. Lá o dr. Octávio disse que ele não ia embora sem assinar como tinha poderes ou como não tinha poderes. Ele fez vários telefonemas aqui para a firma. O gerente disse que não estava, mas facto de estar aí toda a tarde. Então ele assinou em como não tinha poderes. No outro dia, então o gerente de manhã telefonou a dizer que se prontificava a estar lá às duas e meia da tarde. As duas e meia lá fomos nós para o ministério, então ele disse que não tinha poderes para resolver. Não tinha poderes para resolver, o dr. Octávio telefonou e veio o capitão do Copcon, e trouxe uns poucos de rapazes. Então disse: Se o senhor não tem poderes para resolver vai ficar aqui detido até à manhã, levaram presos o gerente e um empregado de escritório, então telefonaram ali para o Quartel General do Porto e mandaram... O Copcon veio procurar o nosso patrão e buscar o, aí como ele se chama...

A — O nosso patrão porque desconfiasse, ou porque nós pedimos ao capitão que deixasse estar o gerente incommunicável não deixasse ele comunicar, confiasse ou que, quer dizer, no outro dia prontificou-se ir lá livremente, eles então vieram buscar o R. Nogueira Maia lá chegar, depois ele chegou e disse que não sabia do que se tratava e então expusemos do que estávamos a tratar, ele então disse: que não tinha nada a ver com a firma porque a quota que tinha em nome dele já a tinha passado para o sr. Figueiredo, e virou-se para o sr. Figueiredo e então disse: você não se lembra da transferência que a gente fez; então não havia de lembrar. Então pronto não sou sócio da firma não tenho nada aqui a fazer. Então o Dr. Octávio disse que ele podia ir embora mas primeiro ia assinar em como não tinha nada a ver com a firma. O patrão então começou a dizer que para resolver os problemas, precisava de fazer uma assembleia geral de sócios e então começamos a ver quem eram os sócios seguintes e ele disse que os sócios eram ele, o filho e a esposa. Então amanhã traz aqui a sua esposa e o seu filho. Ele disse, «não o meu filho sou eu que o represento», então vai-se buscar a sua esposa e ele disse não, infelizmente a desgraçada da minha mulher fez uma operação e não pode vir aqui. Então ele disse não, a gente vamos buscá-la mesmo assim e ele disse que não era preciso; que ele assim não podia resolver naquele dia e disse que ia conversar com o advogado e no outro dia então prontificava-se ir lá às duas e meia da tarde. O capitão disse que estava bem, que lhe dava essa liberdade que não queria que ele mais hoje mais amanhã dissesse que nem o advogado o deixaram consultar. No outro dia às duas e meia que nós marcamos, o caso era um bocadinho difícil mas ele começou a dizer que pagava o dinheiro atrasado em dez meses; nós não concordávamos... Depois o gerente pronunciou-se e ele disse que já que te pronunciaste, então a gerência que resolve, que eu daí lavo as mãos. Depois o tempo passou até que a gente chegou ao ponto de eles pagarem o dinheiro atrasado em cinco meses. Ele queria começar a pagar o dinheiro atrasado agora na quinquena, no dia 20 deste mês. Nós fizemos um esforço para ele começar a pagar agora no dia 5 deste mês, que já recebemos. E agora temos o problema... quer dizer, ele pagou-nos também o dinheiro daqueles quatro dias em que estivemos parados, pelo menos ele assinou em como pagava, pagou-nos 3 dias daqueles 5 dias que lá estivemos em Lisboa e as despesas de um dia. E agora temos o problema das horas nocturnas.

(Continua nas pág. centrais)



Operários da Tribor (Lousado) defendem-se das manobras do capital e dos seus lacaios. — ENTREVISTA NA PÁG. 2

SUMÁRIO: LUTAS NA S. C. C., GRÃO-PARÁ, EFACEC-INEL E FUNÇÃO PÚBLICA

TRIBOR LOUSADO

O DESEMPREGO REVERTE DA EXPLORAÇÃO CAPITALISTA

Entrevista na TRIBOR em 18-2-75 (Lousado-Famalicao)

COMBATE — Podiam dizer concretamente qual o motivo porque entram em greve e em ocupação.

A — Nós entramos em greve e em ocupação por causa das reivindicações que nós pediamos... nenhuma delas em nada tinha sido satisfeita. Eles recusaram aceitar tudo aquilo que a gente pediu...

COMBATE — Essa ocupação foi feita por todos os trabalhadores ou há fura-greves?

A — Sim, há alguns... aqueles lacaios do costume que são empregados de escritório, que são mais bem pagos que ganham ordenados de 6 000\$00 para cima... que dizem que aquilo que nós pedimos não lhes interessa; porque eles já o têm, não é? E por isso mesmo que esses são os fura-greves.

COMBATE — Qual é a posição do vosso sindicato: ele serve de intermediário na vossa luta ou vocês negociam directamente com o patrão, caso venham a negociar?

A — Não, o sindicato não serve de intermediário, apenas nos apola. Aliás nós já tivemos uma negociação com eles, convocada pelo ministério do trabalho em Braga, onde a negociação foi. Onde eles na mesma negociação recusaram, dizendo que a resposta já estava dada, que era a mesma que nos deram no dia 8. Recusaram tudo. Pois no ministério recusaram na mesma até alegando que foram obrigados a lá ir, que não sabiam o que é que iam lá fazer.

COMBATE — O motivo porque vocês entraram em greve não foi por despedimentos, pois não?

B — Não foi não; nós entramos em greve por não nos satisfizerem o caderno reivindicativo que pediamos e que é justo.

COMBATE — Quais eram os pontos do vosso caderno reivindicativo?

B — Pediamos salário mínimo de cinco mil escudos, um mês de férias com 100% de subsidio de doença que seria composto pela entidade patronal com a previdência, 13,7 mês e turnos rotativos.

COMBATE — Qual é a situação agora?

A — É o seguinte: é que há aí um cliente da firma que é o Moreira Pinto, dumna firma de Vila da Feira que quer levar uns moldes que estão aqui dentro,

cujos moldes se forem retirados da fábrica, pois é a mesma coisa que nós ficarmos no desemprego e a firma ficar parada. Nós consideramos isso como uma manobra apoiada pelo patrão porque o patrão quer que a fábrica possa fechar, para nos lançar no desemprego, e uma manobra reaccionária onde esse cliente está integrado: quer dizer, porque ele tirando os moldes cá de dentro da fábrica é a mesma coisa que paraliza a fábrica pois ela está praticamente só a trabalhar para esse indivíduo.

não assumiam qualquer responsabilidade de nada que entrasse cá dentro nem de nada que saísse. Eles dizendo que não era assim, que havia maneiras de os tirar... Têm razão, pois então tentem! Tentem-nos tirar e sofrem as consequências, porque têm de passar por cima de nós todos que aqui estamos. Agora eles hoje voltaram cá novamente com um reforço; como já tinham vindo e não conseguiram, voltaram com um reforço agora. Foi-lhes dito novamente a mesma coisa que não conseguiriam tirar nada aqui de dentro,



Trabalhadores não aderentes, no conjunto: empregados de escritório, armazém e revisas. (Legenda proposta por elementos da Com. Trab., outros propuseram «LACAIO DO PATRÃO»)

COMBATE — Então este aparato da G. N. R. que se verifica aqui é para tentar invadir as instalações e roubar os moldes?

A — Sim, porque isto é um mandato do Juiz de Famalicao que os gajos têm, donde vieram com uma força da G.N. R. para nos enfrentar a nós no caso de recusarmos a entrada e a retirada dos moldes.

COMBATE — Mas, vocês estão impedindo a entrada da policia?

A — Concretamente nós o que dissemos já anteriormente ou seja na passada sexta-feira aos mesmos oficiais do juiz que estão aí que não sairá daqui nada nem entrava nada enquanto nós aqui estivéssemos porque a fábrica estava ocupada pelos trabalhadores, que

que só passando por cima de todos os trabalhadores que estão aqui, não só desta firma como da Mabor e de outras firmas aqui vizinhas e parte da população. Ora nós estamos a espera que venha uma entidade superior à do tenente da G. N. R. que esteve aqui para resolver o problema.

COMBATE — Então os trabalhadores de outras fábricas daqui de Lousado estão solidários com a vossa luta?

A — Exactamente. Ora eles ofereceram-se para no caso de ser preciso alguma coisa nós só apitarmos a sirene da firma e eles apareciam logo depois.

COMBATE — Ainda há pouco tempo tiveram aqui uma luta na Mabor: acham que ganharam experiência sendo solidários com ela?

A — Eu não posso responder porque nessa altura estava desempregado; por isso não posso responder talvez aqui este camarada da Mabor possa responder.

UM TRABALHADOR DA MABOR — Bem, neste caso quanto à nossa luta posso dizer que foi um exemplo para muitas outras empresas e verificando-se o que se passou na Mabor penso que nesta altura é vantajoso solidarizarem-se todos os operários destas firmas para amanhã qualquer uma delas que se encontre nesta situação tenha o apoio de todos os seus camaradas.

COMBATE — Há bocado falou no desemprego: o que é que pensa sobre o desemprego e qual lhe parece ser a melhor arma para lutar contra o desemprego?

A — A melhor arma é a greve clara, é impedir que um patrão... ou por exemplo, suponhamos que nós aqui amanhã a trabalhar e o patrão manda 2 ou três empregados embora: Ora nós não hesitamos, e claro que a nossa única arma é lançar mão da greve. Não às horas extraordinárias.

COMB — Sim, mas mesmo com as lutas dos trabalhadores, continua a haver desemprego (calcula-se que em Março haja uns 300 000 desempregados); o que é que pensa acerca disso?

C — Ora o desemprego reverte da exploração capitalista não é, porque as lutas que se tem vindo a travar contra a exploração, capitalista, eles... 98% das lutas que os trabalhadores têm travado contra os exploradores que são os patrões, verifica-se que eles ao darem os aumentos de salários que eles pedem... recusam-se a aceitar ou admitir pessoal novo na firma. Ora eu acho que para combater isso era necessário que todos os trabalhadores se solidarizassem para não fazer horas extraordinárias e para não... portanto, camarada de outra indústria que esteja ligada a esta, portanto a esta no caso em que se solidarizaram, porque há exemplos vários em que os patrões ameaçaram não fornecer material e os próprios camaradas das outras firmas ameaçaram entrar em greve senão vendesse material, não é.

COMBATE — No dia 7 houve uma manifestação contra o desemprego na opinião de certos grupos reformistas era uma «provocação» ou «manobra» anarco-sindicalista acham que foi isso?

A — Não, porque na medida em que os patrões de tal maneira estão organizados a nível internacional eles conseguem as manobras que pretendem vis-

to que no tempo do fascismo eles conseguiram aqui em Portugal sem que fosse preciso intervir o capital estrangeiro e portanto... acerca deste ponto eu estou menos esclarecido não é, portanto só estou a dar assim um ponto mais... Era preciso combater o capital português e ao mesmo tempo o capital estrangeiro, de modo a não se poderem organizar de modo a que combata o proletariado português e o proletariado de todo o mundo, não é!

COMBATE — O que pensam fazer se o patrão não aceitar negociar com vocês?

A — Isso é uma coisa que ainda não está determinado. Nós poderíamos dizer qualquer coisa, mas é incerto. Acho que não vale a pena responder a isso para já.

COMBATE — Não sei se querem dizer mais alguma coisa ou fazer qualquer apelo.

A — Sim, nós apenas fazemos um apelo para que na atitude que nós tomamos para todos os que se encontram nas mesmas circunstâncias façam da mesma maneira porque é a única maneira de a gente conseguir mais um pouquinho, eu não digo muito, mas um pouquinho de sobrevivência porque nós agora com o dinheiro que ganhamos não vivemos, nem sobrevivemos tão pouco. Mas com cinco mil escudos a coisa já corre melhor um pouquinho, mas de qualquer maneira é sempre pouco. E então pedimos para que todos colaborem uns com os outros... hoje estamos nós nestas circunstâncias, amanhã estarão eles. Pois se precisarmos de uma campanha de fundos nós estamos inteiramente de acordo porque se amanhã eles precisarem dos faremos o mesmo.

COMBATE — Parece-lhe importante para todas as firmas que estão em luta ou que possam vir a estar a criação de um fundo de greve?

A — Sim, claro. Eu acho que é muito útil porque... não para todos, por exemplo, como há indivíduos que têm famílias e filhos e não vão passar fome devido à paralização da fábrica.

COMBATE — Sim mas só um movimento de solidariedade com os trabalhadores em greve é que fará com que esses filhos não passem fome, não acha?

A — Sim, nós poderemos criar nas fábricas mais vizinhas nossas nós próprios operários podemos faz-lo; não podemos é estender-nos por todo o território, porque nós para fazermos isso era preciso criar um fundo realmente de greve para isso.

NUTRIPOL

A LUTA CONTINUA

Continuamos, essencialmente, porque os nossos problemas fundamentais não estão resolvidos — AINDA NÃO TEMOS O NOSSO PÃO GARANTIDO!

Continuamos, conscientemente, porque cada vez compreendemos melhor que a resolução dos nossos problemas se liga aos problemas dos outros trabalhadores — MAIS TRABALHADORES CONTINUAM A SER ATRADOS PARA O DESEMPREGO PELOS CAPITALISTAS!

Continuamos, firmemente, e não haverá forças que nos detenham, porque somos o TRABALHO e este é a mais importante força criadora de riqueza e, no dia-a-dia, mais decididamente fazemos da UNIÃO DOS TRABALHADORES a força geradora de novas forças que — CONDUZIRÁ AO CONTROLO DA PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA PELOS TRABALHADORES.

Assim, continuamos a ocupar os locais de trabalho que os capitalistas atiraram para a FALÊNCIA.

Assim, já conseguimos colocar ao dispor do público consumidor artigos de primeira necessidade, porque são estes que fazem essencialmente falta à CLASSE TRABALHADORA.

Assim, procuramos por todos os meios encontrar uma solução, que forçosamente passará pela intervenção do ESTADO e pela participação dos TRABALHADORES, que garanta o trabalho e preste um justo serviço de abastecimento ao público especialmente de artigos de primeira necessidade.

Em apoio à nossa luta diversas acções de solidariedade tomamos vindo a registar:

DOS TRABALHADORES DA ALUEMBA — manifestando-se ao nosso lado junto do local onde os capitalistas da Nutripol decidiram a falência.

DO GRUPO CÉNICO JOAQUIM ANTONIO DE AGUIAR — de Évora — que veio a Lisboa representar gratuitamente no teatro da Trindade a peça «BREVE HISTÓRIA DA FACA DE DOIS GUMES» suportando os elementos do grupo todas as despesas de deslocação.

RECOLHA E ENTREGA DE FUNDOS

DOS TRABALHADORES DA DIRECÇÃO-GERAL DE COMBUSTÍVEIS;

DOS TRABALHADORES DA FÁBRICA E ESCRITÓRIOS DA VITAMEALO;

DOS TRABALHADORES DA CAIXA DE PREVIDÊNCIA DO COMÉRCIO DE LISBOA;

DOS TRABALHADORES DA CASA BANCÁRIA PANCADA & MORAES;

DA ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES DA FACULDADE DE CIÊNCIAS; DE ARMANDO BAIÃO — residente em Évora;

DE CLIENTES ANÓNIMOS — residentes em Sacavém, Queluz, Odivelas e Lisboa.

DOS TRABALHADORES EM GERAL, que têm ocorrido às lojas a comprar os poucos artigos que nos restam, permitindo assim realizar dinheiro para pagamento de SALÁRIOS.

Em face dos actos de solidariedade a que neste comunicado se faz referência, reconhecemos que tais iniciativas demonstram bem quanto os problemas dos trabalhadores são sentidos pelos próprios trabalhadores, nas suas lutas contra os capitalistas exploradores.

A solidariedade para com os trabalhadores da Nutripol tem contribuído para um «serrar de dentes» vencendo caseiras e as barreiras do desespero, porque temos a certeza de que não estamos só na já longa luta a que todos nos propusemos.

O estreitamento dos laços de amizade entre trabalhadores vem reforçar o sentido da UNIDADE em defesa dos seus inalienáveis direitos e na construção de uma sociedade justa e economicamente próspera.

LUTEMOS, UNIDOS E ORGANIZADOS CONTRA O DESEMPREGO PELA CONSTRUÇÃO DUMA SOCIEDADE CONTROLADA E AO SERVIÇO DOS TRABALHADORES.

VENCEREMOS!

A COMISSÃO INTERNA DOS TRABALHADORES DA NUTRIPOL

Lisboa, 21 de Fevereiro de 1975

APELO

No decorrer da manifestação antifascista realizada no Porto a 25 de Janeiro, como protesto pela existência e realização do congresso do CDS, um camarada operário de Amarante, Francisco Monteiro, caiu atingido por uma bala da policia (P. S. P.).

Lancamos um apelo a todos os camaradas, no sentido de angariar fundos para o pagamento das despesas com a sua recuperação que se prevê longa.

Os donativos podem ser enviados para seu irmão

SERAFIM CARLOS DA SILVA MONTEIRO
CAMPO DA FEIRA — AMARANTE

(Um grupo de trabalhadores de Amarante)

EDITORIAL

OS TRABALHADORES PORTUGUESES LUTAM CONTRA O DESEMPREGO

A maior parte das lutas desenvolvidas pelos trabalhadores hoje, e mesmo nos últimos seis meses, têm sido contra os despedimentos, contra a ameaça de desemprego.

São muitos os sectores económicos onde essas lutas se travaram ou onde hoje se desenvolvem: nos têxteis e nas confecções (Abel Alves de Figueiredo, Têxtil dos Bargos, Carides, Charminha, Sogontal, Camoda, Algot, Sousa Abreu, entre outras); na construção civil (A. C./Tróia, Soares da Costa, etc.); na metalurgia e metalomecânica (A. Caetano, Oficinas Alberto Marinho); na indústria electrónica (Applied, Standard Eléctrica, Efacec-Inel) e no campo (luta dos trabalhadores rurais do Alentejo).

Mas, se a luta contra o desemprego tem mobilizado os trabalhadores directamente ameaçados ou os trabalhadores da mesma unidade de produção por solidariedade com alguns camaradas despedidos, não houve até agora qualquer movimentação dos trabalhadores desempregados.

DESEMPREGO EM PORTUGAL HOJE, PORQUE?

A situação de crise do capitalismo português não se deve só à «sabotagem económica» exercida pelos empresários portugueses ou estrangeiros após o 25 de Abril, como demagogicamente certas forças políticas pretendem fazer crer.

Alguns sectores que contribuem para a crise actual, existiram com ou sem o 25 de Abril; outros são específicos da situação criada após a queda do fascismo. Os primeiros dizem respeito à crise geral que atravessa o capitalismo e os seus reflexos em Portugal: contracção dos mercados externos e consequente dificuldade de exportação; aumento dos preços da energia e matérias-primas; aumento das taxas de juro no mercado financeiro internacional; diminuição da emigração para os países europeus, nomeadamente França e Alemanha.

Os segundos são:

- aumentos de salários (imposição do salário mínimo nacional ou reivindicações impostas pela luta dos trabalhadores) que afectam principalmente as pequenas empresas e as empresas com má organização do trabalho e ainda as empresas de capital estrangeiro cuja rentabilidade era devida à exploração desenfreada da mão-de-obra portuguesa;
- acréscimo do desemprego devido ao fim das guerras coloniais, com o consequente regresso dos soldados, dos funcionários do aparelho administrativo e demais colonos que fogem das terras independentes;
- diminuição do investimento: retração do crédito, diminuição da procura e expectativa dos empresários em relação à nova política económica.

Os bancos (ligados aos grandes grupos económicos) cuja liquidez diminuiu, reservam os créditos às empresas do respectivo grupo. Em consequência disso, algumas pequenas e médias empresas são obrigadas a reduzir a produção e a despedir alguns trabalhadores ou mesmo a falirem.

O que se chama «sabotagem económica», não é mais do que a retração natural dos capitalistas nacionais e estrangeiros inseguros, e apenas preocupados com a garantia dos seus lucros. Natural porque dentro das regras do jogo do sistema capitalista, que nada tem que ver com a ideologia particular de cada capitalista (mais ou menos de «direita» ou mais ou menos de «esquerda»), mas com a lógica deste sistema.

Mas, simultaneamente, com o 25 de Abril, desapareceram os entraves ao desenvolvimento pleno do capitalismo em Portugal. Estes entraves que caracterizaram os últimos anos do fascismo, traduziam-se no proteccionismo a alguns grandes grupos económicos, apoio a pequenas e médias empresas por proteccionismos alfandegários e mão-de-obra extremamente mal paga; bloqueamento do desenvolvimento capitalista no campo pela manutenção dos privilégios aos grandes agrários; enormes investimentos improdutivos na guerra colonial.

Após o 25 de Abril desenham-se as condições políticas que irão permitir um acelerado desenvolvimento do capitalismo. De acordo com a tendência geral do desenvolvimento capitalista mas de uma foi na nitidamente mais acelerada, a intervenção do Estado em toda a vida económica adquire uma importância cada vez maior.

Nenhuma das forças políticas que hoje dominam o aparelho de estado (e mesmo fora dele) põem em causa o papel crescente do Estado na economia; o que se discute, o que constitui mesmo centro das lutas, entre os diversos sectores políticos são quais as formas e quais os limites dessa intervenção estadual.

As posições mais ou menos avançadas dos diferentes partidos políticos face às lutas operárias inserem-se neste contexto, só superficialmente parecendo contraditórios os seus diferentes movimentos de avanço e recuo. E a esta luz que se devem ver o actual apoio do PCP às lutas dos trabalhadores rurais no Alentejo (quando até aqui se tem oposto a todas as lutas dos trabalhadores em nome da defesa da «economia nacional»); a questão da unicidade sindical, a tentativa da nacionalização da banca por acção dos bancários, etc.

Virá o capitalismo de estado acabar com a exploração?

Problemas específicos de desemprego poderão não existir com o capitalismo de estado, mas mantendo-se o salariado, continuá-lo a mais-valia a ser extorquida aos trabalhadores, por entidades exteriores a eles, os trabalhadores não deixarão de ser explorados e até mais explorados. O Estado, enquanto entidade patronal, recorrerá cada vez mais ao trabalho não pago, como nos mostram as experiências de capitalismo de estado noutros países. Em Portugal os arautos do capitalismo de estado defendem já hoje o trabalho produtivo dos soldados e o serviço cívico estudantil. Será possível maior exploração do que a do trabalho não pago? Isto não são mais do que relações de escravatura em pleno capitalismo avançado!

LUTA CONTRA O DESEMPREGO E FORMAS DE ORGANIZAÇÃO

Os trabalhadores foram obrigados a desenvolver lutas para garantirem o seu salário — única forma de sobreviverem em sociedade capitalista. Se nos seus objectivos estas acções tendem a fortalecer o capitalismo como sistema (salvação económica dos patrões privados ou nacionalização — sempre reforçando o salariado), o desenvolvimento da luta em si própria, faz aumentar mais ou menos acentuadamente a consciência dos trabalhadores e avançar as suas formas próprias de organização.

Em relação às lutas contra os despedimentos que o Combate tem acompanhado ultimamente, constatam-se formas de organização na linha do que analisámos no Editorial do n.º 15 (17-1-75):

Comissões de Trabalhadores eleitas, mais ou menos controladas no desenvolvimento da sua prática por Assembleias Gerais de Trabalhadores.

De uma maneira geral a posição dos trabalhadores, tem sido a recusa de qualquer despedimento — casos de Efacec-Inel, Tabopan, Camoda, Algot.

Na Efacec-Inel os trabalhadores recusaram mesmo fazer horas extraordinárias e tentaram iniciar um processo de unificação das lutas dos trabalhadores de várias empresas contra o desemprego. Um aspecto importante desta tentativa de unificação foi a manifestação contra o desemprego do dia 7 de Fevereiro.

Vejam a posição de um operário transcrita pela Mesa-Redonda organizada pelo Combate em Amarante, (n.º 14 e 15).

«Sobre o desemprego... não são só os patrões, é todo o sistema capitalista que provoca o desemprego. Por exemplo, dentro do A. Marinho, continuo a bater a tecla do A. Marinho porque é a que mais conheço, embora haja muitos exemplos iguais ao dele... — ele tem necessidade de fazer mil pás por semana, mas abastece o mercado só com 700, mas tem necessidade de fazer mais 300 para lhe aumentarem os lucros ainda mais. Com o produto da venda das trezentas pás, por exemplo, ele paga ao pessoal e o resto é para ele. Mas no momento que há menos venda de produtos, agora parece que isso é geral, ele quer continuar a tirar os mesmos lucros. Para tirar sempre os mesmos lucros tem que despedir pessoal, porque sabe perfeitamente que continua a pagar ao pessoal com a produção que tem e continua a ter um excedente que lhe dá para ele amealhar, continuar a juntar. A única forma de luta que nós temos é mesmo a greve, é mesmo deitar mão à greve quando se verifica despedimentos seja ele qual for, seja um operário de 15 anos, seja de 14 ou de 70 — seja ele qual for e seja ele varredor, seja o que for. Os direitos são todos iguais embora aqui na provincia se assista a isso de um torneiro ou um serralheiro se achar com direito de ganhar mais de que um trabalhador. Isso é errado, todos têm direito à vida, o nosso estômago é todo igual; portanto, todos nós temos o direito de ganhar o mesmo ordenado. Quando for um de nós despedido, temos de deitar mão à greve para que isso não aconteça. Mas deitar mão à greve e impedir os despedimentos, não soluciona o nosso problema... Nós bem sabemos isso. Impedimos hoje um despedimento, amanhã impedimos outro e depois outro... quer dizer, são lutas que a gente vai ganhando mas nós vamos chegar a certo ponto e vamos verificar que o deitar mão à greve não soluciona os nossos problemas; só temos os nossos problemas solucionados quando formos nós a gerir a fábrica. Quando formos nós a gerir a fábrica já não há despedimentos...»

Em relação aos desempregos provocados por dificuldade de subsistência das empresas (Camoda, Algot, Sousa Abreu, Varanda do Chanceler) a defesa dos trabalhadores tem-se traduzido na recusa do fecho das metras e na passagem a formas de autogestão.

Autogestão significa serem os próprios trabalhadores a gerirem e a organizarem globalmente a produção e o trabalho da empresa. Autogestão é uma forma bem avançada de luta em que os trabalhadores por si sós organizam o trabalho, podendo acabar com as hierarquias, impor novos horários de trabalho, organizar de outra forma a produção, criando entre si novas relações e avançando no caminho da democracia operária.

Em sistema capitalista, uma empresa em autogestão económica pode sempre substituir desde que se adapte às condições de produção e mercado capitalistas. Mas, se a organização dos trabalhadores puser em causa a própria organização capitalista do trabalho, e as relações sociais dentro da empresa, só pode existir pontualmente como forma de luta e na base da solidariedade dos trabalhadores de outras empresas.

Em Portugal as formas de autogestão desenvolvidas pelos trabalhadores tem-se limitado a assegurar a sobrevivência capitalista das empresas, e portanto o seu direito ao trabalho, tentando rentabilizar a empresa dentro do sistema capitalista, sem pôr em causa os aspectos essenciais da organização do trabalho: hierarquias, horários, disciplina, diferenciação salarial, etc.

Do ponto de vista revolucionário os aspectos positivos desta movimentação dizem respeito à prática de luta e de democracia operária com o consequente aumento da consciência e experiência proletária dos trabalhadores.

PERSPECTIVAS REVOLUCIONARIAS DA LUTA CONTRA O DESEMPREGO

Os trabalhadores têm consciência de que o salariado é a única forma de sobrevivência na sociedade capitalista. Nestes termos, o desemprego e os despedimentos são factores de divisão dos trabalhadores: quem tem trabalho tem medo de o perder; quem não tem trabalho aceita quaisquer condições de emprego para sobreviver.

O capitalismo utilizando a repressão e os baixos salários fomenta esta divisão.

O trabalho revolucionário deve centrar-se no reconhecimento de que a luta contra os despedimentos não se pode fazer empresa a empresa, mas só poderá desenvolver-se eficazmente na base de um amplo movimento de massas que agrupe todos os trabalhadores, empregados e desempregados.

Neste sentido a prática da acção autónoma da classe operária levará cada vez mais a pôr em causa o próprio estatuto de assalariado, base de toda a exploração.

Só a acção autónoma pode fazer avançar o pensamento dos trabalhadores no sentido da sua emancipação. No entanto, esta transformação de mentalidades far-se-á mais dificilmente numa luta isolada que num largo movimento de massas.

A acção autónoma realiza-se pela acção directa, pela identidade entre o poder de decisão e execução — a própria essência da democracia operária — pela independência de acção em relação às organizações sindicais e políticas.

AINDA A MANIFESTAÇÃO DE 7 FEVEREIRO

LEVAR AS DECISÕES DO plenário À vitória

—(texto do «Jornal da Greve (suspensa) dos trabalhadores da Efacec/Inel» n.º 44).

TRABALHADORES EM LUTA

Folha informativa das reuniões de trabalhadores inter-empresas
18 Janeiro n.º 4

«Cada greve lembra aos capitalistas que eles não são os verdadeiros donos, mas os trabalhadores que reclamam cada vez mais alto os seus direitos. Cada greve lembra aos trabalhadores que a sua situação não é desesperada, que não estão sós (...). Toda a greve constitui um passo para a libertação dos trabalhadores para a libertação do socialismo, da luta levada a cabo pela classe toda inteira para derrubar o «jogo do capital».
LENINE

EDITORIAL

Este número do jornal é inteiramente dedicado à manifestação operária contra o desemprego realizada na passada sexta-feira, 7.

Apesar da grande campanha de desmobilização desencadeada através da rádio, TV e jornais, por organizações políticas da burguesia e pela União dos Sindicatos do Sul, que chega ao deslante de comparar a manifestação com a «maioria silenciosa» do 28 de Set. e, para além da proibição do Governo Civil, a manifestação foi para a frente tal como os operários e trabalhadores explorados a tinham planeado.

A manifestação decorreu com os trabalhadores organizados por empresas, os desempregados à frente da manifestação e a população que aderiu atrás.

As empresas apresentaram-se nos locais de concentração já organizadas, com os seus serviços de coordenação assegurados, havendo ainda um serviço de coordenação geral que orientou a manifestação e organizou cordões que lateralmente faziam protecção.

No princípio da Av. da Liberdade registou-se uma pequena paragem devido ao facto de os piquetes de abertura da manifestação verificarem que um carro da PSP seguia à frente, pelo que decidiram dirigir-se ao representante do MFA no local que imediatamente ordenou a retirada do carro.

No Marquês de Pombal houve também uma paragem para integrar os manifestantes que se encontravam concentrados nesse local e para se decidir qual o percurso a seguir, visto haver informações de que a Av. Duque de Loulé estava bloqueada nas imediações da embaixada americana. Alguns elementos do piquete de abertura dirigiram-se ao local para verificarem o dispositivo militar montado e verem as possibilidades de avançar. A estes elementos foi declarado pelo comandante da força, Major Jaime Neves, que não havia viabilidade alguma da passagem da manifestação por aquele local e que os manifestantes se deveriam dirigir pela Av. Fontes Pereira de Melo.

Após este contacto os elementos do piquete de abertura expuseram o caso aos manifestantes, que decidiram avançar com a palavra de ordem «Prá frente!». Ao ver a entrada dos manifestantes na Av. Duque de Loulé o comandante da força atrás citado, deu ordem aos tropas para meter a bala na câmara e apontar para a frente. De seguida alguns elementos dos piquetes de segurança travaram conversações com o referido comandante da força dizendo-lhe que a determinação dos manifestantes em passar por aquele local era irreversível e tomavam a responsabilidade da segurança da manifestação, após o que o comandante da força pediu 10 minutos para desobstruir uma das faixas de passagem.

Aqui foi reforçada a segurança da manifestação pelos piquetes, e os manifestantes gritaram com mais força «FORA A NATO, INDEPENDENCIA NACIONAL!».

O resto do percurso fez-se organizado até ao Ministério que se encontrava iluminado, e ao aproximar dos manifestantes todas as luzes se apagaram, excepto uma janela no 10.º andar.

Uma dactilógrafa do Ministério que ficou no local para receber os camaradas, disse: «Fugiram e esqueceram-se».

Um cordão de soldados que se encontrava no local, ao aproximar dos manifestantes, voltou-se para o Ministério e, com os canos das espingardas voltados para o chão, de punho erguido gritaram com os manifestantes as palavras de ordem:

MARINHEIROS E SOLDADOS TAMBÉM SÃO EXPLORADOS! MARINHEIROS E SOLDADOS, OPERÁRIOS E CAMPONESES, UNIDOS VENCEREMOS! FORA A NATO! INDEPENDENCIA NACIONAL!

Organizadamente, os manifestantes concentraram-se no local e foram lidos textos que transcrevemos no jornal.

Também recebemos da Associação dos Deficientes das Forças Armadas o texto que passamos a transcrever: «Os trabalhadores da ADFA, em virtude de serem na sua maioria portadores de deficiências nos membros inferiores e não lhes ser possível comparecer no número que desejariam na manifestação levada a cabo, hoje 7/2/75, vêm por esta forma manifestar publicamente o seu incondicional apoio e marcar a sua posição de solidariedade com os problemas de todos os trabalhadores nossos camaradas». Este texto não foi lido no comício realizado em frente ao MT em virtude de ter sido recebido já depois de os manifestantes terem dispersado organizadamente, entoando a INTERNACIONAL — Hino dos trabalhadores de todo o mundo.

Camaradas, esta manifestação só será uma vitória se nos nossos locais de trabalho continuarmos a lutar contra os despedimentos, pois só assim se pode impedir que os patrões continuem a despedir os trabalhadores que não lhes interesse ter ao seu serviço.

A classe operária deve cada vez mais unir-se em torno das suas comissões a fim de lhes dar a força necessária para impor as suas justas reivindicações; por seu lado as comissões devem reforçar cada vez mais o trabalho junto dos camaradas operários para que as comissões sejam a palavra da actividade sindical da classe operária.

Com isto pretende-se que as comissões sejam a vontade expressa da classe operária, não sendo as comissões a tomar decisões sem consentimento da classe e a controlar o movimento operário, mas sim a impulsionar o movimento sindical dentro das empresas.

A burguesia tentou por todos os meios impedir que a manifestação decidida nos plenários das fábricas saísse triunfante. Antes da manifestação jogou todos os seus trunfos para desmobilizar a classe operária numa luta que punha em causa o sistema capitalista.

Utilizou através da rádio, da TV, da imprensa, da proibição governamental a calúnia, a difamação e a intimidação.

Partidos de direita, organizações sindicais e políticas que se dizem defensores dos trabalhadores deram-se as mãos para boicotar a luta da classe operária.

Mas qual foi a reacção da classe operária face ao comunicado provocatório da U. S. S.? Imediatamente os operários se mobilizaram e deslocaram-se à U. S. S. onde exigiram responsabilidade da difusão daquele comunicado.

Não sabendo como responder estes novos laços do capital disseram que a publicação do comunicado foi devido à pressão exercida por certos sindicatos seus associados.

A classe operária presente não abdicou da sua justa posição e fez com que o comunicado fosse suspenso.

sindical aparece agora a anulá-lo com desculpas que não desmentem as suas perspectivas alienatórias.

Porque é que a U. S. S. esconde no seu comunicado a existência de uma carta entregue em mão a todas as direcções sindicais no dia 3 de Fevereiro onde se expressa a decisão dos trabalhadores de várias fábricas levarem para a frente a manifestação, no sentido de que essas direcções convocassem amplamente a manifestação?

Camaradas:

Desde há vários meses que a Reunião Interempresas vem abordando o problema do desemprego, dos despedimentos e das formas de luta a adoptar.

Entretanto, várias fábricas tomaram posição contra os despedimentos e o desemprego. O Plenário de Trabalhadores da EFACEC/INEL (Sul) apontou como forma de luta concreta a realização de uma manifestação.

A Comissão de Trabalhadores propôs a manifestação à Reunião Interempresas que decidiu levá-la à prática.

Foi também aprovado em Reunião Interempresas o texto que consta do Suplemento Especial destas reuniões e o plano de organização anexos.

Considerando que a questão do desemprego é neste momento uma das mais sentidas pelos trabalhadores;

Considerando ainda que os sindicatos devem ser a expressão da vontade dos seus filiados, e como tal apoiar todas as iniciativas amplamente sentidas pelos trabalhadores;

Decidiu-se em Reunião Interempresas que se deveria enviar este texto a todos os sindicatos no sentido destes apoiarem esta manifestação, convocando-a amplamente nos termos já decididos em Reunião Interempresas e expressos nos documentos anexos.

Texto aprovado em Reunião Interempresas de 2-2-75 com a presença de trabalhadores de 38 empresas.



«O Desempregado», desenho de Robert Minot

Quanto aos primeiros não temos dúvidas sobre quem eles defendem; quanto aos segundos o que aconteceu só nos vem confirmar o que nos ensina Lenine no seu «Relatório sobre a situação internacional e as tarefas fundamentais da Internacional Comunista»:

«O OPORTUNISMO DAS CLASSES SUPERIORES DO MOVIMENTO OPERÁRIO; É UM SOCIALISMO NÃO PROLETÁRIO; MAS BURGUES E A PROVA, ESTÁ NO FACTO DE QUE OS MILITANTES QUE PERTENCEM A TENDÊNCIA OPORTUNISTA SÃO MELHORES DEFENSORES DA BURGUESIA QUE OS PRÓPRIOS BURGUESES. SE ELLES NÃO TIVESSEM NAS MÃOS A DIRECÇÃO DOS OPERÁRIOS, A BURGUESIA NÃO SE PODIA MANTER.»

Assim a União dos Sindicatos do Sul (USS) fez radiodifundir desde as 22 horas de Quarta-feira, 5 de Fevereiro, pelo Rádio Clube Português, e com especial relevo no programa «Alavancas» da Intersindical um comunicado relativo à manifestação. Nesse comunicado a USS depois de tecer diversas considerações sobre a construção da democracia em Portugal, apelida de «fantasma» a manifestação, relaciona-a com a manifestação fascista da «maioria silenciosa» de 28 de Setembro, classificada de «pretensamente democrática» as palavras de ordem aprovadas, põe em dúvida se o objectivo da manifestação é a luta contra o desemprego, afirma que há «uma tentativa de lançar a confusão no seio dos trabalhadores», que se trata de uma «organização à margem das estruturas representativas dos trabalhadores como sejam delegados sindicais, e sindicatos, federações e uniões» que demonstra bem as verdadeiras intenções dos seus organizadores, «saltem os trabalhadores e a população para estas e outras manobras tendentes a desviar a classe operária dos objectivos fundamentais da sua luta» e termina apelando «pela vigilância da classe operária e de todos os trabalhadores contra a reacção».

Anteriormente os operários deslocaram-se ao Rádio Clube Português onde este comunicado estava a ser divulgado e exigiram a sua retirada e a publicação de um contra-comunicado feito pelos operários presentes.

Mais tarde também os desenhadores se deslocaram ao seu sindicato pedindo explicações sobre a difusão daquele comunicado ao qual a direcção disse não ter participado na sua elaboração e nem sequer ter conhecimento dele.

A U. S. S., desligada das lutas da classe operária mas pretendendo controlá-las classifica de «fantasma» a manifestação operária contra o desemprego e contra a exploração capitalista, e compara-a à manifestação fascista da «maioria silenciosa».

Será que nós trabalhadores da Efacec-Inel, da Cergal, da Setenave, da Edifer, da ENI (Setúbal), da Gazlimpo, da Messa, da Automatic, da Applied, da Lisnave (Rocha) que decidimos em plenário de trabalhadores esta manifestação somos fascistas? Será que os 230 mil desempregados e as largas centenas de trabalhadores da Melka, Xavier de Lima, Pfizer, Fábrica Portugal, Tecníviro, Lisnave (Margueira) e CTT que aderiram à manifestação são a «maioria silenciosa» do 28 de Setembro?

A quem defende a U. S. S. quando apelida de pretensamente democráticas as palavras de ordem e diz que a manifestação desvia a classe operária dos objectivos fundamentais de luta?

Não é a nós operários que concerta. Nós sabemos que só nas lutas nas empresas e na rua nos vamos temperando para o derrube do capitalismo.

Quem divide os trabalhadores? São os plenários que apontam o caminho da luta ou é a U. S. S. que nos seus gabinetes lança comunicados alarmistas, caluniadores e provocatórios?

Quem é que faz o jogo da reacção? Quem afasta a classe operária dos seus objectivos de luta?

É esta manifestação operária ou seria o projectado carnaval abusivamente promovido pela Intersindical e pago com o dinheiro dos trabalhadores? A Inter-

Afinal quem serve a U. S. S.? Também a comissão política do PCP em comunicado à Imprensa afirma que «salta a população de Lisboa contra manifestações anunciadas com pretextos diversos para as zonas próximas do Tejo e zonas centrais no dia em que está prevista a visita à cidade de marinheiros da NATO».

O PCP pretende ignorar o conteúdo da luta operária claramente expresso na convocação da manifestação.

O PCP que se reclama da vanguarda da classe operária permite-se fazer à classe afirmações provocatórias como «a intenção dessas manifestações parece ser provocar perigosas confrontos». Posteriormente o sr. Octávio Pato do Comité Central do PCP afirma na TV: «Sabendo-se que há pessoas e agrupamentos alguns dos quais anónimos, o que é bastante sintomático que estão a convocar manifestações para o dia da chegada da NATO. São manifestações altamente suspeitas. Para se tentar enganar os trabalhadores diz-se que as manifestações são contra o desemprego, mas por detrás desse aparente objectivo o que se pretende é arrastar o povo de Lisboa para acções provocatórias que só à reacção poderia interessar».

Mas então que raio de partido é este que se diz comunista e não sabe o que os operários decidem nas fábricas? É esta a vanguarda da classe operária?

Nós afirmamos que a manifestação cumpriu os seus objectivos. Quem de um modo ou de outro afirmou que a manifestação era provocatória e a boicotou — está desligado da luta de massas, dividiu os trabalhadores e fez o jogo do anti-comunismo — foi o chamado Partido Comunista Português.

(Cont. na página seguinte)

QUERIA ASSINAR O COMBATE DESDE O N.º
1 ano (52 números) — 120\$00; 6 meses (26 números) — 60\$00;
apelo (anual) — 200\$00

Para o estrangeiro há que acrescentar os portes do correio

QUERIA VENDER O COMBATE

Junto envio \$.....

(Todos os cheques e vales devem ser enviados em nome da directora)

COMBATE

AVENIDA SANTOS DUMONT, 48, R/C-D.
LISBOA - 4

Nome

Morada

Profissão

(ENVIAMOS OS NUMEROS ANTERIORES A QUEM OS SOLICITAR)

Jornal da greve 45
(subsídio) dos trabalhadores da Efacec/Inel Lisboa 172-75

Participa activamente no debate e na elaboração do programa!!!

CUSTO DE VIDA SOBRE 26 POR CENTO EM 1974

TRABALHADORES DE IOGURTES BOM DIA OCUPAM INSTALAÇÕES

A OCUPAÇÃO DE TERRAS PELOS CAMPEONES DE BEJA

MILHARES DE TRABALHADORES PROTESTAM EM ESPANHA CONTRA DESPESIMENTOS

TRANSPORTES DE COMBIDA EM GREVE DE TÊLO

MILHARES PROTESTAM CONTRA RESTRITIVO

Decida a ocupação da I. F. T. - Rabor

EFACEC INEL CONTRA OS DESPESIMENTOS

No Alentejo a luta contra os salários da terra

O PODER ÀS CLASSES EXPLORADAS!!!

CADERNO REIVINDICATIVO

Dos pontos que constavam no caderno reivindicativo que apresentámos em Maio de 74 à administração aquele que mais polémica levantou foi no que constava as tabelas salariais; a administração em troca impingiu-nos o C.C.F.M.E.

Entretanto e durante a greve, os locais do patrão, com medo de perderem os tachos, começaram a dizer que as empresas não podiam aceitar os ordenados por nós pretendidos por causa da concorrência, pois segundo a opinião desses senhores, as empresas deixavam de apanhar trabalhos devido ao custo da mão-de-obra dos operários. Quer dizer, os altos salários destes senhores não encarecem a mão-de-obra, o que iria encarecê-las eram as justas pretensões dos operários e demais trabalhadores explorados.

Acontece porém, que o receio desses cavalheiros não se justificava, porque passado algum tempo, as empresas que normalmente são concorrentes da Efacec-Inel passaram a praticar salários mais elevados dos que constam no C.C.F.M.E.

Quem neste momento está em vantagem nos concursos relativamente à mão-de-obra dos operários é a Efacec-Inel.

O que nos interessa no entanto, não são as dificuldades ou as facilidades que a empresa tem nos concursos, o que nos interessa essencialmente, é quanto recebemos mensalmente, e quanto temos que gastar (no comer, renda de casa, vestuário, etc. etc).

Desde que passaram a ser praticados os novos salários e até à data o custo-de-vida aumentou mais de 20%. Ora se nós achamos que na altura os salários acordados não correspondiam às nossas necessida-

des, como podemos nós continuar a aceitar os mesmos ordenados neste momento, em que os preços (principalmente dos artigos de 1.ª necessidade) sobem de dia para dia?

TEMOS POIS DE EXIGIR SALÁRIOS JUSTOS!!!

A luta contra o desemprego continua e deve estar sempre na mente de todos os trabalhadores.

A manifestação que nós trabalhadores da Efacec-Inel e demais empresas promovemos foi o teste que provou, que efectivamente o desemprego é um dos problemas mais sentidos pela classe operária, é pois nesse sentido QUE DEVEMOS LUTAR PELA REDUÇÃO DE HORARIO DE TRABALHO! Se por um lado existem sectores com 37,30 h a classe operária destas empresas continua a fazer 44 horas semanais, o que não pode acontecer, e mais tendo em atenção o facto de na maior parte dos casos os operários da Efacec-Inel não terem local fixo de trabalho.

AS CONDIÇÕES DE TRABALHO deve ser um dos pontos a focar nas nossas reivindicações, não podemos permitir locais de trabalho como os que temos e onde estamos sujeitos aos mais diversos acidentes. E nos locais de trabalho que passamos a maior parte da nossa vida, devemos pois exigir melhores condições de trabalho.

A CDDT em reunião alargada em 13-2-75, aceitou e pretende auscultar os trabalhadores no sentido de formular as nossas reivindicações. Para esse efeito deslocar-se-á aos estaleiros e restantes locais de trabalho, para que a elaboração das nossas reivindicações expresse exactamente a vontade de todos os trabalhadores.

Camarada operário, camarada trabalhador explorado, participemos na elaboração do caderno reivindicativo e unamo-nos em torno da nossa comissão para conquistarmos salários justos, redução de horário e melhores condições de trabalho.

PELA UNIDADE EM RL (CARTA ABERTA À CDDT)

Todos nós trabalhadores, mais ou menos conscientes da sociedade em que estamos inseridos, e conhecedores do actual momento que atravessamos, devemos ter bem presente, que da nossa desunião só as pessoas mal intencionadas podem aproveitar-se, para atingir determinados fins em vista. Ora quanto a isto, parece não restarem dúvidas a ninguém!

Qual a opção que se nos impõe? Unamo-nos em bloco e construamos a unidade do nosso local de trabalho. Mas para isso não nos podemos amesquinhar com pormenores pormenores, nem ofender-nos uns aos outros, por vezes sem razão aparente para tal.

Todos temos momentos melhores e piores, bem como defeitos e qualidades!

Há no entanto que haver moderação e compreensão, uns para com os outros, nos momentos em que é preciso suprir as faltas!

Eu não vou aqui entrar em pormenores mas posso afirmar que o clima de camaradagem que se respira em RL é francamente pesado. Isto aliado às condições de sobrevivência que são comprovadamente más, arrasa mesmo as pessoas.

Bem, mas isto já é outro capítulo.

Voltando ao assunto, forçosamente temos de concluir, que quanto à camaradagem só nós podemos sofrer ou colher os frutos, consoante o nosso comportamento uns para os outros. Então porque teimamos em lutar? Porque não formamos uma frente bloco de luta, mas contra quem nos nega o que achamos justo e pretendemos?

Entremos em diálogo aberto e franco, e deixemo-nos de pequenas dissidências. Vamos independentemente de partidarismos, deixando-nos de jogos de grupinhos, ataques ou piadas de mau gosto, e somos correctos para com o camarada ao lado, e o outro!

As pessoas por vezes amesquinham-se com pequenos pormenores que a pouco e pouco se vão avolumando, chegando mesmo a atingir aspectos desumanos.

Cerremos fileiras e façamos com que a união em RL seja um facto. UNAMO-NOS EM TORNO DE UM VERDADEIRO E JUSTO IDEAL. Aproveite esta carta para fazer um público agradecimento aos camaradas da Soc. Ericson Portugal, Lda., pela quantia recolhida para a nossa campanha do aduplicador do Jornal da Greve — em minha solicitação — e a mim entregue.

VIVA A CLASSE OPERÁRIA

CAMARADA: A NOSSA SOBREVIVÊNCIA ESTÁ NAS TUAS MÃOS

O jornal «Combate» é uma tribuna aberta à livre expressão de todos os trabalhadores em luta. É também um meio pelo qual os trabalhadores podem trocar as suas experiências e aumentarem assim a sua organização autónoma no combate ao capitalismo.

Mas, se grandes são as lutas dos explorados, são fracos os seus recursos financeiros.

O «Combate», que se apoia somente nos trabalhadores, que não é órgão de nenhum partido ou grupo político, tem de lutar constantemente pela sua sobrevivência económica.

Se achas que o «Combate» tem a sua razão de ser na luta dos explorados e dos oprimidos, apoia-nos tornando-te assinante e tornando assinantes os teus amigos e camaradas.

CAMARADA: COLABORA NA NOSSA CAMPANHA DE ASSINATURAS!

MANIFESTAÇÃO 7 FEVEREIRO

(Conclusão da página 6)

Também nós operários temos conhecimento que nesta empresa os que se dizem presentemente serem pertencentes a esta organização política e que à sombra desta pretendem controlar a luta dos operários e desmobilizá-los do seu avanço na luta contra o capital, são aqueles precisamente que se punham e se põem do lado do patrão.

Conscientes das suas posições anteriormente defendidas por estes senhores, os operários interrogam-se a si próprios qual a classe que esta organização defende? O desemprego é uma arma do patronato para enfraquecer a classe operária. Impedir que a classe operária lute contra o desemprego é lutar de mãos dadas com o patronato, contra a classe operária.

Camaradas, nós subemos ultrapassar todas as manobras da burguesia e levar as decisões de plenário à vitória.

VIVA A CLASSE OPERÁRIA

OS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA OPÕEM-SE ÀS MANOBRAS DE CÚPULA

(Conclusão da última página)

a aprovação da proposta do Grupo Coordenador, visa a criação de uma Comissão Directiva Regional Provisória que escapa aos trabalhadores e que funciona nitidamente como cúpula, pois apenas é eleita na Assembleia de Delegados Sindicais dos diversos departamentos.

Face a isto, a Comissão Sindical considera da máxima urgência:

- 1 — lutar pela instauração de uma Assembleia Intermunicipal Democrática;

- 2 — denunciar a orquestração partidária no seio da assembleia de delegados;
- 3 — eleição directa dos órgãos directivos, por listas e programas;
- 4 — ratificação em plenário de todas as decisões tomadas em assembleias de delegados, que digam respeito a todos os trabalhadores.

POR UM CONTROLO PELOS TRABALHADORES. POR UM SINDICALISMO DE COMBATE.

A COMISSÃO SINDICAL DO INE 24-2-75

PARA QUE O POVO NÃO ESQUEÇA

— «Morrámos em resistentes e se o nada nos está reservado não façamos que isso seja uma justiça». Obermann, editado por J. Paul-Sartre — Situations IV.

Amigos:

Do valor da isenção política, do radical anti-stalinismo — do vosso projecto político, um dia se há-de justamente ver a sua realização luminosa, que a democracia directa e revolucionária construirá: a emancipação dos trabalhadores é obra próprios trabalhadores!

Escrevo-vos porque sendo signatário da «Carta Aberta ao E. M. G. F. A.» que V. publicaram no n.º 14 do «Combates» fui dos que já se viram obrigados a abandonar Portugal por motivo da nova prestação de serviço militar que a 13 de Janeiro me queriam obrigar a cumprir.

Depois de 3 duros anos de exílio em Paris com dificuldades económicas e uma situação familiar nova e difícil, a resolver em Portugal, com o lento processo de democratização interna nas Forças Armadas, onde as garantias políticas e o direito à livre expressão e reunião são alvo de inúmeros ataques e onde a remuneração económica é abaixo do salário mínimo nacional (em média e nos primeiros 6 meses de recruta e especialização). Sendo uma das grandes questões nacionais — a questão do serviço militar e o seu processo de democratização, proponho, na sequência do apelo de 21 de Janeiro passado, feito pelos signatários da Carta aberta ao EMGFA que:

— se mobilize a luta pela revogação imediata da Lei de Amnis-

tia de Maio de 1974 de inspiração da tristemente célebre I Junta de Salvação Nacional;

- Se lute pela amnistia completa e total para todos os desertores e refractários, antes do 25 de Abril, respeitanto contudo as «insignes» partidárias;
- Se conquiste o estatuto de objecção de consciência política e militar, meio de defesa

democrática de opinião e de tendência política;

— Se promulgue um grande debate nacional sobre a questão militar, como defesa da democracia e da liberdade revolucionária.

Cordiais saudações revolucionárias.

Fernando Almeida Ribeiro



Foi um Povo inteiro que sofreu, que foi martirizado por décadas de fascismo e por treze anos de estúpidas guerras coloniais.

Sofreu um Povo inteiro quando alguns lucravam com esse sofrimento. Os que lucravam não merecem a designação de Povo: São os carrascos desse mesmo Povo. São os filhos e netos de carrascos de outrora que também martirizaram os filhos do Povo de outrora.

Este foi mais um abuso que se insere numa tradição histórica. Este grito de denúncia será o primeiro que se faz ouvir e comá não seja necessário repetir-se.

Os grandes senhores de outrora colheram louros, benesses e riquezas à custa do sangue e das vidas dos filhos do Povo que a seu mando lutavam e morriam. Se não existisse o 25 de Abril, as gloriosas campanhas de África, campo de heróicos feitos e enaffectamento da raça, passariam à história em poucas letras, os lucros das mesmas seriam esbanjados em luxos e festas e os sofrimentos e martírios dum Povo inteiro seriam esquecidos e as suas feridas não seriam saradas. O 25 de Abril, um marco diferente e único na história de Portugal, dá também a oportunidade única à massa, que era utilizada, de levantar a voz e dizer: «Le sua justiça».

Por esse Portugal fora são muitos os milhares de famílias que viram sair de casa os seus filhos, fortes e robustos, para o verem entrar deficientes ou nunca mais os verem. A alegria de uns, de verem chegar saós e salvos os seus filhos, era apagada pela tristeza de outros que não viam regressar os seus. Assim, o enlutamento era geral. Mas essas mágoas abafavam-se no silêncio arquitectado e imposto: Os mortos eram transportados em barcos de modo camuflado como se de mercadoria se tratasse e os fuzerais partiam do Hospital Militar no deserto da madrugada. Os gritos lancinantes de «Ai meu querido filho» rasgavam a madrugada e iam acotiar de algum pesadelo os que não morreram, mas na opinião dos governantes eram «peso morto».

A disciplina dos hospitais assemelhava-se à de recruta. As justas reclamações respondiam vozes autoritárias — «cabe-se, você, porque teve um acidente, está cheio de complexos e eu é que tenho de o aturar». Na junta final o Director do Hospital Militar era um burocrata de carimbo na mão: «Peso morto, inválido, peso morto, inválido...». Em enorme bicha os «invalidos» iam passando. Eram muitos. Eram demais. Havia que esconder o seu número. Mas, havia que reduzir esse número. Então o Director do Hospital Militar continuava a carimbar — «inválido, inapto para o serviço militar sem pensão, inválido, peso morto...».

«O Exército era uma terrível máquina de inutilizar homens. Inutilizava-os e remedia-os à procedência. As famílias recebiam-nos, litara o carimbo e resignavam-se perante a vontade de Deus...»

A guerra continuava. Mais mortos, «mais inválidos». O número crescia. O Povo Português ia mostrando a sua terrível capacidade de resignação.

A maioria dos deficientes eram soldados. Mesmo sem pernas punham-se em sentido perante os grandes senhores que atropelavam os reduzidos direitos que tinham. As leis eram dúbias e a sua interpretação resultava, por regra, em prejuízo dos deficientes. Só se fosse alguma cunha...

Então o pai lá na terra falava com o Senhor Dr. e o Senhor Dr. falava com...

Ficava-se na promessa. Concluía-se sempre: eles não se interessam, porque isto não acontece aos filhos deles — quando os oficiais, que agora são Capitães, ocuparem lugares de decisão nas Forças Armadas, eles que têm conhecimento directo dos nossos problemas, então... Faziam-se as contas.

Mas quando?...

O 25 de Abril venceu a barreira do tempo.

A cega confiança nos governantes, que tudo podem e tudo farão, fazia parte dos cegos conceitos das pessoas embusteadas num sistema totalitário e rígido.

Com a maleabilidade do 25 de Abril e as liberdades daí resultantes as pessoas, inauguraram nova maneira de pensar: responsabilizaram-se a si próprias, tornaram-se activas e adquiriram o direito de participação. Dentro deste contexto, os Deficientes das Forças Armadas, constituídos em Associação, participam na resolução dos problemas resultantes das injustas guerras coloniais, participando também na revolução em curso.

(«Luz», jornal dos Deficientes das Forças Armadas, n.º 0, ano 1, 23 Nov. 1974 — «Editorial»)

TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA EXIGEM CONTROLO PELAS BASES

D.-G. COMBUSTIVEIS

Os trabalhadores da Direcção-Geral dos Combustíveis, reunidos em Reunião Geral de Trabalhadores em 20-2-75 não se sentindo esclarecidos quanto ao processo que conduziu à aprovação duma proposta sobre organização pró-sindical exigem que a Comissão Coordenadora lhes faculte:

- 1 — Resultados nominais da votação que levou à aprovação da proposta de Organização Sindical;
- 2 — Representatividade das delegações, concretamente, número de trabalhadores representado por cada delegação e número de Organismos não representados;
- 3 — Completa divulgação destes elementos junto de todos os trabalhadores da função pública.

Os trabalhadores da D. G. C. reunidos em assembleia geral de trabalhadores em 24-2-75, considerando que:

1. A proposta apresentada pelo grupo coordenador na A. D. realizada no LNEC, no dia 17-2-75, envolvendo problemas extremamente importantes para todos os trabalhadores da função pública, foi discutida e aprovada sem ter sido divulgada, discutida e votada pelos trabalhadores.

2. Os delegados são exclusivamente mandatários das decisões tomadas pelos trabalhadores, não se sentindo estes em condições de tomar posição sobre problemas tão importantes como sejam a eleição de uma Comissão Directiva Provisória, e a discussão do Estatuto da Função Pública, diuturnidades e revisão salarial sem previamente terem tido a possibilidade de discutir amplamente e tomar posição.

DECIDEM:

1. Que a sua delegação não participe em qualquer votação que se efectue na Assembleia de Delegados a realizar no dia 24-2-75.

2. Continuar com o trabalho de base na D. G. C. apoiando uma estrutura organizativa forte e democrática, em conjunto com todos os trabalhadores da função pública e lançando a nível interno o estudo dos problemas imediatos dos trabalhadores.

A PROPÓSITO DAS ASSEMBLEIAS DE DELEGADOS NO LNEC — POSIÇÃO DA COMISSÃO SINDICAL DO I. N. ESTATISTICA

As reuniões no L. N. E. C., entre as comissões sindicais dos diferentes departamentos da função pública, têm vindo cada vez mais a deteriorar-se, devido a circunstâncias várias que passaremos a explicar.

Em primeiro lugar é necessário analisar as características da estrutura do aparelho de estado e da sua composição.

A existência do aparelho de estado e da sua função repressiva (traduzida a diversos níveis: forças policiais para-militares, órgãos de informação, aparelho ideológico, poder judicial, etc.), cria uma posição «sui-generis» aos trabalhadores do estado e à sua estrutura sindical. Essa posição pode ser confirmada, até, no parêntesis de excepção que se abre na Lei Sindical quanto à organização dos trabalhadores do estado.

Justifica-se isso, pondo em evidência que o aparelho de estado está

ao serviço do público em geral e que as movimentações dos trabalhadores não podem comprometer o funcionamento dos serviços».

Ao pretender negar a existência da luta de classes põe-se em evidência a possibilidade de evitar perigos para a estabilidade do estado burguês.

Tudo isto favorece a continuação de uma consciência sindical bastante recuada, com amplas possibilidades de aproveitamento quer por uma direcção burocrática de agrupamentos reformistas ou mesmo por forças de direita (PPD), preocupadas em canalizar os sentimentos pequeno-burgueses dos trabalhadores da função pública.

Nas reuniões do L. N. E. C. qualquer posição que vise ultrapassar este esquema de acção, que vise dar perspectivas reais e objectivas, procurando fomentar o controlo e a vigilância dos trabalhadores sobre as estruturas sindicais, é pura e simplesmente impedida de continuar a manifestar-se vaiada, apupada, correndo, muitas vezes, sérios riscos a sua própria integridade física.

A aprovação da proposta de enquadramento sindical apresentada pela Comissão Sindical da D. G. T. T. e da proposta do Grupo Coordenador institui as bases para o completar de um perfeito controlo partidário e dirigista sobre os trabalhadores, fazendo-os acreditar que a existência de um sindicato, será a palavra mágica que lhes

resolverá todos os problemas. O jogo sujo em que se caiu nas últimas reuniões interministeriais, com intervenções puramente demagógicas, com a complicidade das mesas, com a chegada de propostas e requerimentos que se votam e de outros que não se votam e são rejeitados. Além disso deve-se também salientar a aprovação de uma proposta (a do Grupo Coordenador) ainda não discutida pelos trabalhadores — votação com diversas incorrecções, diga-se de passagem, num total de 124 delegações aparecem no fim 125 votos, alguma coisa está mal...

Por outro lado, considerando que:

- a organização sindical dos trabalhadores, sejam eles da F. P. ou quaisquer outros, deverá ser acima de tudo uma arma ao serviço dos seus interesses e não uma forma de controlo dos trabalhadores por partidos políticos;
- uma organização sindical só poderá ser representativa se resultar das movimentações dos trabalhadores e for por eles completamente controlada.
- as propostas de interesse geral apresentadas em assembleia de delegados deverão ser discutidas também nos diversos departamentos.

(Continua na pág. 7)